I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA
17 a 20 setembro 2025
Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas
Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL

Narjara Santos Costa

Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
narjaracosta0706@gmail.com

Tatyanne Gomes Marques

Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
tmarques@uneb.br

EIXO 3: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES (AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Resumo

Este texto tem como objetivo conhecer e analisar estudos que dialogam sobre as políticas públicas de acesso e permanência das mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. Utilizamos uma revisão de literatura para dialogar com alguns estudos sobre as políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação no Brasil, identificando os avanços e as lacunas sobre o assunto. Foi realizada uma busca nos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram pesquisadas dissertações e teses a partir do ano de 2005 até 2025 para ter conhecimento de como está sendo abordado o tema nos vintes últimos anos. Para alcançar o objetivo, realizamos a busca por produções científicas a partir dos descritores políticas públicas, mulheres e Pós-Graduação. Como resultado, tivemos 215 (duzentos e quinze) pesquisas na BDTD e 100 (cem) na CAPES. Após os critérios de inclusão e exclusão, selecionamos 6 (seis) pesquisas que dialogam com a temática. Por meio desse levantamento, foi possível perceber que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão que aconteceram no Brasil nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos que afetam sua permanência e sua trajetória acadêmica

Palavras-chave: mulheres; políticas públicas; pós-graduação.

1 Introdução

Historicamente as mulheres têm enfrentado diversos desafios consequência das desigualdades de gênero, podendo citar acesso à educação de forma tardia e limitada, sendo um fator crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional, jornadas de trabalho não

renumerada, limitação em cargos de liderança e decisões, disparidade salarial, assédio e violências e a concentração em trabalhos ou funções de baixas remunerações e pouco reconhecimento, todos estes desafios são consequência de uma sociedade marcada pela estrutura do patriarcado e de estereótipos de gênero que relegaram as mulheres a lugares subalternos na sociedade.

A entrada das mulheres no ensino superior é algo recente na história, que aconteceu no Brasil somente no final do século XIX, onde o:

> [...] decreto imperial facultou à mulher a matrícula em curso superior em 1881. Todavia, era difícil vencer essa barreira, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades [...] (Beltrão; Alves, 2009, p. 128).

Durante muito tempo a presença das mulheres a universidade foi negada, realidade que foi transformada a partir de muitas lutas das mulheres pelo direito à educação. O acesso das mulheres ao ensino superior foi de suma importância para elas (nós) começarem a ocupar lugares que eram destinados e pensados só para homens.

São evidentes as mudanças que aconteceram no acesso à educação das mulheres, observadas no fato delas serem maioria das/dos estudantes no ensino superior. No entanto, essa expressiva presença quantitativa não significa que a igualdade de gênero seja uma realidade nas instituições do ensino superior. Os estereótipos de gênero e a desvalorização do feminino que estão presentes na sociedade, mas também se expressam nos espaços educacionais entre eles a universidade. Em uma sociedade marcada pela estrutura do patriarcado atividades relacionadas ao feminino tende a ter menor prestigio e reconhecimento social, Pedro e Luz (2021), em contrapartida, as atividades vistas como masculinas têm maior reconhecimento e valorização.

Bem como na graduação as mulheres são maiorias em matrículas nos cursos de mestrado e doutorado. Embora venham acontecendo avanços significativos no que diz respeito ao acesso das mulheres na Pós-Graduação, os desafios que as mesmas enfrentam para permanecer nestes espaços e avançar na carreira acadêmica são muitos. Destacam-se as dificuldades em progredir na carreira acadêmica, devido os estereótipos sociais sobre o papel das mulheres (nós), os

diversos tipos de assédios e as dificuldades em conciliar as atividades que historicamente foram atribuídas as mulheres (por exemplos os cuidados da casa e dos/das filhos/as), acadêmica e profissional.

A desigualdade de gênero é uma questão emergente nas pesquisas, nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo conhecer e analisar estudos que dialogam sobre as políticas públicas de acesso e permanência das mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. A Pós-Graduação *stricto sensu* é um espaço onde se consolidam carreiras acadêmicas, produzem-se saberes científicos que muito têm contribuído para o desenvolvimento da sociedade.

Pesquisar sobre as políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* é de grande relevância científica, social e política. Trata-se de um campo de estudo que permite compreender como as desigualdades de gênero se perpetuam nos espaços de formação e produção acadêmica, de que forma o Estado e as instituições de ensino superior respondem ou deixam de responder a essas desigualdades.

2 Referencial teórico

A Constituição Federal de 1988 representa um marco jurídico fundamental na promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres. No artigo 5º, inciso I, estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", assegurando a igualdade formal como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988). Além disso, o artigo 3º, inciso IV, define como um dos objetivos fundamentais da República "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Ao ter como base a Constituição Federal, foram estruturadas diversas políticas públicas de promoção à equidade de gênero no Brasil. A criação da Secretária Especial para Mulheres – SEPM, no ano de 2003, teve como principal objetivo promover igualdade de gênero e combater toda forma de preconceito e discriminação, atuando em diversas áreas como política do trabalho, combater a violência contra a mulher, promoção da autonomia econômica e defesa da igualdade de gênero.

Já no campo da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN- Lei n° 9.394/1996, aponta a educação como direito de todos/as, sendo um importante instrumento legal para combater as desigualdades.

No que tange à Pós-Graduação, as agências de fomento da ciência e tecnologia, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, vêm sendo pressionadas a desenvolver políticas que reconheçam as desigualdades de gênero na trajetória acadêmica. Como respostas as essas demandas, surgiram medidas como Prêmio CAPES Mulheres na Ciência, como o objetivo de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres para o avanço da ciência no Brasil e o Comité Permanente de Ações Estratégicas e Política para Equidade de Gênero com suas interseccionalidade, trazendo sugestões de ações e iniciativas para aumentar a representatividade feminina em posições de decisão e de comando na Pós-graduação.

3 Metodologia

Para o andamento desta pesquisa, buscamos identificar dissertações e teses que dialogam sobre as políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, identificando os avanços e as lacunas sobre o assunto. Desta maneira, iniciou-se a revisão de literatura através de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram definidos os descritores e operadores booleanos, na BDTD foram utilizados "política pública" OR "políticas públicas", AND "mulheres", AND "Pós-Graduação". Na CAPES, os descritores foram "políticos públicas", "mulheres" e "Pós-Graduação".

Foram definidos como critério de inclusão as pesquisas que dialogam com a temática, inserido em programa de Pós-Graduação *stricto sensu,* mestrado ou doutorado. O recorte temporal foi do 2005 até 2025 com o objetivo de dialogar com pesquisas dos últimos vinte anos. Foram excluídas as pesquisas que tratavam do acesso e permanência na graduação e políticas públicas voltadas para outros temas que não se relacionam com o objetivo desta pesquisa.

4 Resultados e discussão

Após fazer um levantamento nos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com os descritores definidos, resultou em 215(duzentos e quinze) trabalhos e 100 (cem) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES nos últimos 20 anos. Depois de aplicados os critérios de inclusão e exclusão, selecionamos 6 (seis) dissertações que dialogam sobre as políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil.

As pesquisas trazem uma abordagem sobre a presença da mulher negra nos programas de Pós-Graduação, as implementações das ações afirmativas e das política públicas (Nascimento, 2020; Cal, 2021; Duarte, 2023; Gonçalves, 2023). Abordam ainda como as mulheres mães vivenciam a maternidade na Pós-Graduação e as políticas públicas de apoio à maternidade na universidade (Anjos, 2021; Rocha, 2022).

As mesmas desempenham um papel importante para o desenvolvimento de políticas públicas, fornecendo dados e análises aprofundadas. Por meio das pesquisas, é possível identificar problemas em diversas áreas. Dessa forma, as pesquisas citadas neste artigo trazem questões importantes sobre as políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação. A pesquisadora Anjos (2021), entre suas diversas contribuiçõs, propõe a criação de políticas de flexibilidade acadêmica. Rocha (2022) corrobora com essa perspectiva ao reforçar a necessidade de políticas de escuta ativa das estudantes mães.

O acesso e a permanência de mulheres na Pós-Graduação é um caminho cheio de desafios e estes aumentam de forma significativa quando consideram-se as interseções de gênero, maternidade e raça. A pesquisa de Cal (2021) traz contribuições importantes sobre a baixa representatividade de mulheres negras nas ciências exatas. Duarte (2023) enfatiza que a permanência das mulheres negras ainda é marcada por racismo institucional. Já a pesquisadora Gonçalves (2023), nesse movimento de refletir sobre as políticas de acesso e permanência de mulheres na Pós-Graduação, sugere políticas baseadas na interseccionalidades de raça, classe e gênero, para inclusão de mulheres negras na pesquisas.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer e analisar estudos que dialogam sobre as políticas públicas de acesso e permanência das mulheres na Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. A partir do levantamento de dados nos bancos da BDTD e da CAPES, foi possível observar a relevância e a complexidade do debate em torno das políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência das mulheres na Pós-Graduação. O diálogo com as pesquisas evidenciou que, embora haja avanços no reconhecimento das desigualdades de gênero na Pós-Graduação, ainda persistem barreiras estruturais e institucionais que dificultam a trajetória acadêmica das mulheres, especialmente, daquelas que pertencem a grupos sociais historicamente marginalizados.

Para superar os desafios, recomenda-se o fortalecimento das políticas com foco na permanência das mulheres na Pós-Graduação, ampliando suportes às pesquisadoras e incentivo à produção científica, como forma de fortalecer a representatividade das mulheres em espaços que não foram pensados para elas (nós). No que tange às mulheres mães, é necessário fortalecer as políticas de permanência, uma escuta sensível e compromisso institucional.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Mádhava Hari Cezar dos. **Políticas de acolhimento**: como as estudantes mães vivenciam a pós-graduação. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 1-12, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

CAL, Tanesca Santana. **O lugar da mulher negra nas ciências**: implementação das ações afirmativas na pós-graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA). 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

DUARTE, Nilza Moraes. **Mulheres Negras e Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), UFPEL/ RS**'. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

GONÇALVES, Liliane Flores de Freitas. **Políticas de ação afirmativa e as mulheres negras na pós-graduação e na pesquisa universitária**: um estudo de caso interseccional da UFRJ, UFBA e UFMG. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu, 2023.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães do. **Escrevivências de mulheres negras**: manifestando possibilidades de produções acadêmicas autônomas aos referenciais da ciência hegemônica. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020.

ROCHA, Mírian Narjara Pires**. Mulheres na ciência**: uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementada no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) **-** Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2022.